

ELEIÇÕES 2020


Compromissos com a conservação da natureza

Baía de Guanabara

CONHEÇA A FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO E COMO A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA PODE CONTRIBUIR PARA O SEU MUNICÍPIO

Com **30 anos de história**, a **Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza** é uma das **principais fundações empresariais do Brasil que atuam para proteger a natureza brasileira**. Trabalhamos para que a conservação da biodiversidade seja priorizada nos negócios e em políticas públicas. Apoiamos ações que aproximam diferentes atores e mecanismos em busca de soluções para os principais desafios ambientais, sociais e econômicos.

Nas próximas páginas apresentaremos nosso repertório em forma de oportunidades para que a natureza seja inserida efetivamente na gestão pública. São propostas que **consideram nossa atuação em agendas como: infraestrutura natural para a resiliência das cidades, oceano e turismo em áreas naturais, além do trabalho desenvolvido em territórios como: a Grande Reserva da Mata Atlântica (SP, PR, SC), a Bacia do Rio Miringuava (PR), a Baía de Guanabara (RJ) e a Serra do Tombador (GO)**. Caminhos para promover transformações da realidade social, ambiental e econômica, que podem ser compromissos da gestão do seu município.



Assumir a gestão do município, pelo período de quatro anos, significa tomar decisões e definir estratégias com impactos que muitas vezes ultrapassam o tempo de mandato.

São muitos os desafios, desde investir recursos e priorizar políticas públicas até planejar o crescimento urbano, de forma sustentável, e aproveitar as potencialidades da região. Um dos caminhos a ser considerado é o de conservação da natureza além de opções para desafios, como **segurança hídrica e agricultura sustentável**, essa atuação é essencial para a economia. O último relatório do Fórum Econômico Mundial estima que **mais da metade do PIB mundial (US\$ 44 trilhões em geração de valor econômico) é dependente da natureza e de seus serviços.**

Todos os setores produtivos dependem de serviços oferecidos pela natureza em ao menos uma etapa de produção, seja como matéria-prima ou recurso em parte do processo.

As propostas não demandam nenhum tipo de envolvimento da Fundação Grupo Boticário, mas são importantes para nós porque representam benefícios diretos e indiretos ao meio ambiente.



Proteger e recuperar áreas de vegetação natural das bacias hidrográficas

Os principais benefícios são: a manutenção dos níveis dos mananciais e a **redução dos custos com tratamento e distribuição de água à população**. Ou seja, é possível atuar diretamente no desafio da segurança hídrica. Já existe um caminho inicial, no qual você pode estruturar seu compromisso.

O código florestal brasileiro estabelece um conjunto de ações que devem ser realizadas pelo poder público, proprietários e posseiros com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental dos imóveis rurais.

Quando essa regularização é aplicada, os produtores rurais restauram suas áreas de preservação permanente (margens de rios, encostas, entornos de nascentes etc.) e, com isso, **é possível ter mais vegetação natural na bacia e maior resiliência em termos hídricos, sem fazer grandes investimentos**.

Tanto o Governo Federal quanto os Estaduais propiciam facilidades para esta regularização.



Baía de Guanabara: oportunidade regional

A Baía de Guapi-Macacu é fonte de abastecimento para quase 2 milhões de pessoas. Além disso, a região em que está localizada concentra uma quantidade expressiva de produção agrícola. Diante desse cenário a segurança hídrica é uma oportunidade e uma necessidade.

Por meio de um Movimento na região, idealizado pela Fundação Grupo Boticário, com a participação do poder público, da iniciativa privada e de organizações de diversos setores, é possível obter impactos positivos, como:



Alavancar o desenvolvimento socioeconômico com base no fomento a modelos sustentáveis

de produção agropecuária, turismo responsável e empreendedorismo de impacto socioambiental.



Aumentar a disponibilidade hídrica

com ações que melhorem a qualidade da água, por meio da conservação e recuperação da natureza, além do uso adequado do solo no seu entorno.



O envolvimento do município com essa iniciativa é uma oportunidade para conciliar desenvolvimento econômico sustentável e conservação da natureza na Baía de Guanabara.

Para começar, é possível aproveitar oportunidades na legislação, por exemplo: a Lei Estadual nº 8.571, de 2019, que institui a **Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social** (incentivo a iniciativas colaborativas para criar e desenvolver modelos de negócio que visem ao impacto socioambiental e, ao mesmo tempo tenham resultados financeiros sustentáveis) e a resolução INEA nº 158, de 2018, que institui o **Programa de Proteção e Recuperação de Mananciais no Estado do Rio de Janeiro – Pacto pelas Águas** (com o objetivo de proteger e recuperar mananciais estratégicos de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro), dentre outras. Outra questão importante a considerar é que existe um investimento direto do Ministério Público na região da Bacia Guapi-Macacu para fortalecer boas práticas de agricultura e turismo, o que contribui para um desenvolvimento econômico sustentável no município.



Promover fiscalização de crimes contra a fauna e a flora

O principal benefício é a prevenção – **evitar a necessidade de investimentos para corrigir problemas gerados pela ausência de espécies**. Abelhas, aves e morcegos, por exemplo, realizam um serviço “gratuito” de polinização, que se fosse transformado em valor, representaria **mais de R\$ 2 trilhões movimentados na agricultura**. Isso vale também para a qualidade do solo proporcionada por várias espécies da flora.

Em síntese, manter o equilíbrio natural permite que a natureza continue oferecendo serviços gratuitos para diversos setores.

Em geral as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e as Polícias Ambientais já dispõem de ferramentas para a fiscalização, que podem ser usadas como referência. Mas é preciso ampliar o alcance. Canais nas redes sociais cada vez mais acessíveis à população são alternativas para a fiscalização, com a vantagem de permitir a adição de fotos, vídeos e referências geográficas às denúncias. A disponibilização de canais de fácil acesso para denúncias de desmatamentos, caça, pesca ilegal ou outras transgressões ambientais é fundamental para controlar, minimizar e, em última instância, responsabilizar aqueles que infringem a legislação ambiental.



Criar, ampliar e implementar unidades de conservação

Quando em áreas estratégicas, é um tipo de Solução baseada na Natureza que aumenta a resiliência aos impactos da mudança do clima. Parques lineares, jardins filtrantes e lagos como bacias de contenção são parte de uma estratégia para reduzir impactos da mudança do clima, como a falta de chuva por longos períodos, o excesso de chuva concentrada em períodos curtos, as ondas de calor mais intensas e as ilhas de calor em regiões pontuais da cidade.

A criação ou ampliação das unidades de conservação em território municipal, e posterior inserção no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, possibilitam o acesso a recursos de compensação ambiental, além de ser a política mais efetiva de proteção da biodiversidade.

Alguns Estados também possuem como estratégia de conservação um mecanismo tributário denominado: ICMS Ecológico – mais uma fonte de recursos financeiros a partir da conservação.



Incentivar o turismo sustentável e dotar de infraestrutura áreas naturais

O **turismo** é uma das atividades econômicas que mais crescem no Brasil, especialmente junto às áreas naturais e protegidas. No **período pós-pandemia** essa deve ser uma das atividades com maior **potencial para movimentar a economia local**. Diversas cidades estão implantando programas para **garantir a acessibilidade às áreas verdes**, como Nova York, Campinas, dentre outras. Podem ser áreas pequenas, mas bem distribuídas no território, de modo que nenhum habitante precise caminhar mais de 2 km para chegar a uma área verde pública.

Destinar incentivos às áreas já existentes e à abertura de outras, incluindo parques, Reservas Naturais, praças e bosques, pode gerar benefícios diretos à saúde física e mental das pessoas, **reduzindo os recursos públicos de atendimentos médicos e internações**. Além dos incentivos é possível alcançar ótimos resultados, por meio do reflorestamento com espécies nativas em áreas que sofreram degradações, além da arborização e manutenção das vias públicas e de acesso.



Alavancar negócios de impacto socioambiental

Modelos de negócio com receita própria, que têm em sua atuação soluções para desafios sociais e ambientais, são **oportunidades para o desenvolvimento sustentável de setores econômicos, como o turismo, com ganhos para empreendedores locais e para manter a receita pública municipal oriunda de impostos sobre empresas**. Para promover o desenvolvimento de negócios de impacto, o município pode atuar como comprador de produtos e serviços que têm essa proposta, aprimorando a legislação vigente de compras públicas para que incorpore questões ligadas à inovação e aos impactos socioambientais. Se não houver serviços e produtos neste modelo, recomenda-se adquirir as opções com melhor desempenho ambiental ao longo do ciclo de vida.

Em nível federal, confira a **Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto**. Os municípios podem atuar como reguladores, buscando um ambiente legal e favorável à alocação de capital em investimentos que tenham impacto socioambiental, parcerias público-privadas de impacto, proteção a investidores; e, como fomentadores, promovendo o empreendedorismo social, a aceleração e a incubação de negócios.

Para garantir o bom resultado em qualquer um dos compromissos propostos é importante oportunizar o funcionamento de um Conselho de Meio Ambiente.

Essa é uma ferramenta do município que possibilita aos cidadãos uma participação ativa nas políticas públicas e tem como principais funções: propor diretrizes públicas, fiscalizar, controlar e deliberar as políticas, além de controlar os recursos públicos direcionados ao meio ambiente. O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza em suas páginas eletrônicas as regulamentações e orientações para criação e operacionalização desse Conselho.

Esperamos que a conservação da natureza esteja cada vez mais presente no cotidiano de toda a sociedade. E reiteramos aqui, por meio dessas recomendações, o nosso compromisso para que essa realidade esteja presente na gestão pública dos municípios brasileiros.

Cordialmente,

Malu Nunes

Diretora executiva Fundação Grupo Boticário

Fundação
GrupoBoticário 

fundacaogrupoboticario.org.br

